

... na moderna administração nada é estático... a organização precede à administração; e a racionalização precede à informatização.

Juiz A. Santiago

GESTÃO NA PRESIDÊNCIA DO TRF

Excelentíssimos Senhores Juizes,

Consoante o que dispõe o art. 21, inciso XXXI, do RITRF – 1ª Região, tenho a honra de relatar a Vossas Excelências os trabalhos desenvolvidos durante o ano de 1992.

Nesta oportunidade, congratulo-me com Vossas Excelências e sinto-me honrado em participar desta Casa, que sempre se distinguiu pelas suas iniciativas pioneiras, sua preocupação com a modernização administrativa e a valorização de seus recursos humanos, na permanente busca do exercício de suas atividades finalísticas de distribuir a justiça com presteza e rapidez.

Em 1992, esta Corte, comprovando a sua atuação destacada, teve o privilégio de ter dois de seus Magistrados nomeados Ministros do Superior Tribunal de Justiça, além de dois outros nobres e ilustres Colegas que foram lembrados e prestigiados com votos daquela Colenda Corte.

Quero ressaltar que a posição alcançada por este Tribunal é resultado do brilhante desempenho de seus Magistrados, da atuação sempre firme, correta, harmoniosa, eficiente e eficaz da Secretaria do Tribunal, coordenada pelo ilustre Diretor-Geral, e da motivação e esforço despendido por todo o corpo funcional, que sempre demonstrou dedicação e empenho desmedido na realização de suas tarefas.

Antes de passar ao relato dos trabalhos das unidades que compõem esta Corte, quero salientar alguns pontos importantes que marcaram a sua administração em 1992.

Reestruturadas e organizadas as Seções Judiciárias da Primeira Região, busquei, imediatamente, a regulamentação de seus serviços, fato este pioneiro e singular na história da Justiça Federal.

Preocupei-me, também, com a adequação da estrutura do TRF – 1ª Região às suas atuais necessidades, promovendo estudos que resultaram na reestruturação administrativa aprovada pelo Tribunal Pleno em 18/12/92.

Dando continuidade à política de valorização dos recursos humanos, foram estabelecidos os critérios para a Movimentação de Referência Extraordinária,

^{*} In: Relatório de Gestão 1991/1993.
Relatório de Atividades 1991/1993.

aprovados pelo Conselho de Administração, culminando com sua concessão a todos os servidores devidamente habilitados. Ainda neste sentido, foi intensa a realização de treinamentos ministrados com vistas ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento dos servidores.

Promovi a realização de Concurso Público, em todas as categorias funcionais, para provimento de cargos no Tribunal e nas Seções Judiciárias. As vagas das Seções Judiciárias foram provenientes de sua reestruturação administrativa.

Foi adquirido, por transferência do Serviço de Patrimônio da União, um edifício anexo ao Tribunal, anteriormente ocupado por entidades do Ministério da Agricultura, onde foram instaladas diversas unidades administrativas, em pleno funcionamento. Tal medida, aliada às reformas do edifício-sede, trouxe a este Tribunal melhores condições de funcionamento que, muito em breve, se traduzirá, também, em melhores desempenhos.

Especial atenção foi dada à Primeira Instância, que através da realização de concurso para provimento de vagas para o cargo de Juiz Federal Substituto, quer pela modernização e informatização levadas a todas as suas áreas de atuação ou, ainda, pelo elevado apoio prestado pela Secretaria do Tribunal.

Registro, com grande satisfação, a conclusão das obras de construção dos edifícios-sede da Justiça Federal de Goiás, em abril de 1992, de Roraima e Amapá, em maio de 1992, do Acre e Piauí em dezembro de 1992, e as reformas da Sede de Rondônia em condignas instalações, em edifício alugado.

Quanto às construções das sedes da Justiça Federal do Pará e da sede da Vara Única de Uberlândia, cumre-me informar a Vossas Excelências que estão bem adiantadas, com previsão para serem concluídas em meados do ano de 1993.

A seguir, passo ao relato circunstanciado das atividades desenvolvidas pela Secretaria-Geral da Presidência, pela Corregedoria e pela Secretaria do Tribunal.

Reestruturação Organizacional das Seções Judiciárias;

Modernização Administrativa

A Diretoria-Geral muito se empenhou em dotar o Tribunal e as Seções Judiciárias que integram a 1ª Região dos mais modernos recursos administrativos, quer através da utilização de equipamentos e programas de informática, quer pela normatização de suas atividades.

Neste sentido, registra-se a ligação e comunicação de dados entre o Tribunal e todas as Seções Judiciárias; a informatização dos Gabinetes dos Senhores Juízes; a incrementação dos sistemas desenvolvidos e aprimorados pela Secretaria de Documentação e Informática.

Quanto à normatização dos serviços internos, destacam-se:

a) Regulamento de Serviço;

Tem a finalidade de demonstrar a estrutura organizacional do Tribunal, fixar a competência das unidades administrativas e as atribuições de seus titulares.

Instrumento valioso e indispensável à Administração do Tribunal, o Regulamento de Serviço atendeu à disposição contida no Regimento Interno, formando com este a regulamentação máxima do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

b) Sistema de Comunicações Normativas;

Motivada pela necessidade de otimização de procedimentos inerentes a todos os sistemas, foram desenvolvidos no final de 1990, estudos no sentido de promover manutenção evolutiva na metodologia de emissão de Instrução Normativa – IN.

No decorrer de 1991, foi consolidada a implantação da nova metodologia, que, pelas suas características inovadoras e dinâmicas, tem merecido o aplauso de outras Regiões da Justiça Federal.

Dentre as IN's editadas no exercício de 1991, merecem especial destaque as seguintes:

• **IN-14-10 – SERVIÇOS DE PORTARIA E SEGURANÇA**

Cujo objetivo é regulamentar a execução dos serviços de portaria, segurança e vigilância, representou um importante passo para a segurança de pessoas e instalações.

• **IN-14-11 – VIAGENS A SERVIÇO**

Disciplinados procedimentos relativos à indenização de despesas em viagens, no território nacional, a serviço do Tribunal.

• **IN-15-03 – COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Tem por objetivo definir, disciplinar e uniformizar os meios de comunicação formal. Esta IN tem sido de grande utilidade para Diretores, Assessores, Chefes de Gabinetes e todos os servidores que elaboram qualquer tipo de correspondência escrita.

c) Padronização de impressos e formulários;

Elaboração e padronização de impressos e formulários, foi possível criar um padrão de formulários para este Tribunal.

d) Diagramação das publicações;

Empenhada em adquirir e transferir conhecimentos de tecnologias e estimular a experimentação pelas diversas unidades administrativas do Tribunal, a Diretoria-Geral escolheu como projetos-pilotos a diagramação das publicações Boletim de Serviço e Boletim de Jurisprudência.

Assim, através da área de organização, sistemas e métodos, padronizou a diagramação dessas publicações e treinou servidores das unidades responsáveis pela sua editoração, que atualmente já utilizam dessa tecnologia com bastante desenvoltura e entusiasmo.

e) Cartilha Jurídica;

A Cartilha Jurídica, instituída pela Portaria nº 493, de 13/12/91, é o veículo encarregado de divulgar trabalhos jurídicos elaborados por Juízes que compõem esta Corte de Justiça e as Seções Judiciárias.

A Cartilha Jurídica terá divulgação numerada em ordem seqüencial e será distribuída a todas as Seções Judiciárias, reservando-se um total de 20% da tiragem ao autor do trabalho.

Quando as Cartilhas atingirem o volume de mais de 200 páginas serão elas reunidas em livro denominado Coletânea Jurídica.

Em 1991, foram editadas três Cartilhas Jurídicas:

- nº 01 – **O MANDADO DE SEGURANÇA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988**, de autoria de Juiz *Adhemar Ferreira Maciel*;
- nº 02 – **NOSSA PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA À LUZ DO DIREITO COMPARADO**, de autoria do Juiz *Adhemar Ferreira Maciel*;
- nº 03 – **O DIREITO (LIBERDADE E CONTROLE)**, de autoria do Juiz Eustáquio Nunes Silveira.

OBRAS DE ENGENHARIA

a) CONSTRUÇÕES

1 – Edifício Sede da Seção Judiciária de Goiás;

- 2 – Edifício Sede da Seção Judiciária de Tocantins;
- 3 – Edifício Sede da Seção Judiciária do Amapá;
- 4 – Edifício Sede da Seção Judiciária de Roraima;
- 5 – Edifício Sede da Vara Única de Uberlândia

b) REFORMAS E AMPLIAÇÕES

- 1 – Edifício Sede da Seção Judiciária do Pará;
- 2 – Edifício Sede da Seção Judiciária do Acre;
- 3 – Seção Judiciária do Piauí;
- 4 – Seção Judiciária do Maranhão;

INAUGURAÇÕES

- 1 – Edifício Sede da Vara Única de Uberaba
- 2 – Edifício Sede da Seção Judiciária da Bahia
- 3 – Edifício Sede da Seção Judiciária de Minas Gerais
- 4 – Edifício Sede da Seção Judiciária do Acre
- 5 – Edifício Sede da Seção Judiciária de Rondônia
- 6 – Edifício Sede da Seção Judiciária de Roraima
- 7 – Edifício Sede da Seção Judiciária do Piauí
- 8 – Edifício Sede da Seção Judiciária de Goiás
- 9 – Edifício Sede da Seção Judiciária do Tocantins
- 10 – Novas Varas da Seção Judiciária do Distrito Federal

PRO-SOCIAL

Já definitivamente implantado e consolidado como um programa de assistência modelo dentro do Poder Judiciário, o PRO-SOCIAL, em 1991, buscou a implantação de novos programas e o aprimoramento dos já existentes:

1 – Plano de Ações Preventivas;

Na fase inicial, a prioridade do Pro-Social foi prestar assistência médica de caráter curativo, que atendesse de imediato às necessidades dos beneficiários.

Vencida a primeira etapa, teve início, em 1991, o Plano de Ações Preventivas é voltado para a saúde do servidor como um todo, abrangendo as áreas médica, odontológica e social.

A sua implantação será por etapas iniciando com a área médica, calcada no tripé básico de 03 especialidades: Clínica Médica, Cardiologia e Proctologia ou Ginecologia, para os Magistrados e servidores com idade superior a 40 anos.

Os exames preventivos serão totalmente custeados pelo Programa.

2 – Programa de Atendimento de Emergência;

Foi implantado em 1991 um programa especialmente voltado para os Magistrados e servidores portadores de cardiopatias ou outras doenças graves.

Já foram cadastrados neste programa todos os Magistrados, os Diretores de Secretarias e alguns servidores, devendo ser concluído o cadastramento em 1992.

Os servidores cadastrados receberam uma credencial específica, qualificando-os ao atendimento de emergência.

Neste sentido, foram contratados Médicos nas especialidades de Cardiologia e Clínica Geral para atendimento 24 horas aos pacientes portadores de credenciais específicas.

O atendimento de emergência poderá ser realizado nos hospitais credenciados ou a domicílio, contando, ainda, com os serviços de ambulância equipada para primeiros socorros.

3 – Atendimento Odontológico Interno;

Visando ampliar os serviços odontológicos prestados internamente, foi instalado gabinete dentário completo no Tribunal e nas Seções Judiciárias.

4 – Auxílio-Bolsa de Estudos de Pós-Graduação

Implantado o Auxílio-Bolsa de Estudos de Pós-Graduação a nível de *latu sensu*, através da Norma Complementar nº 012, de 01/08/1991, sendo posteriormente estendido à Seção Judiciária do Distrito Federal pela Portaria nº 011, de 28/08/1991.

O Auxílio é destinado exclusivamente aos servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal e Seções Judiciárias, em cargo ou função de nível superior, inscritos no Pro-Social e possuidores de formação em curso superior oficialmente reconhecido.

O Auxílio é concedido na forma de reembolso de 55% sobre os valores pagos a título de matrícula e mensalidades.

5 – Auxílio-Creche

O Auxílio-Creche, já devidamente implantado em todas as Seções Judiciárias e Varas Federais da 1ª Região, sofreu alterações dos valores reembolsados, tendo em vista que com o congelamento, em 01/03/1991, do MVR (Maior Valor de Referência), os valores reembolsados pela União tornaram-se bastante defasados.

APOIO ÀS SEÇÕES JUDICIÁRIAS

No decorrer de 1991, foi prestado intenso apoio administrativo às Seções Judiciárias em todas as suas áreas de atuação.

Através de comissões especializadas por área de atuação foram realizadas as seguintes atividades, que, sem dúvida, representam a semente que irá germinar em futuro muito próximo.

1 – Material e Patrimônio

- * levantamento patrimonial;
- * regularização do patrimônio (incorporação, atualização financeira, baixa);
- * informatização dos procedimentos;
- * treinamento dos servidores;
- * implantação do sistema de acompanhamento patrimonial.

2 – Planejamento e Orçamento

- * levantamento das necessidades;
- * elaboração do orçamento de cada Seção Judiciária, considerando as suas necessidades de forma individualizada; e
- * orientação aos servidores das Seções Judiciárias.

3 – Recursos Humanos

- * levantamento dos problemas e dificuldades da área;
- * orientação sobre o sistema de folha de pagamento;
- * subsídios para o Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos a ser desenvolvido em 1992;
- * levantamento das situações funcionais; e

- * subsídios para aprimoramento do cadastro de servidores.

4 – Controle Interno

- * realização de auditoria abrangente com a finalidade de:
 - levantar e examinar os controles administrativos;
 - orientar os servidores quanto aos procedimentos; e
 - subsidiar o Plano de Auditoria a ser desenvolvido em 1992.

5 – Informática

- * instalação de equipamentos e sistemas;
- * ligação ao Sistema RENPAC e comunicação de dados;
- * acompanhamento e aprimoramento dos sistemas informatizados; e
- * treinamento e reciclagem de pessoal.

6 – Aperfeiçoamento de Servidores

* O aperfeiçoamento de servidores ocorreu de forma bilateral, pois se aqueles das Seções Judiciárias tiveram a oportunidade de ser orientados, treinados, reciclados, os deste Tribunal muito foram recompensados com a oportunidade de conhecer e avaliar *in loco* a realidade, as dificuldades e as possíveis alternativas de soluções administrativas para as Seções Judiciárias, enriquecendo as sua vivência e conhecimento da Justiça Federal.

Senhores Juízes,

Como tive a honra de ser precedido na Presidência desta Casa pelo ilustre Juiz Alberto José Tavares Vieira da Silva, encontrei-a organizada de maneira modelar e dotada de instrumentos de modernização administrativa que a colocaram em posição de realce perante as demais Regiões. Preocupeimei-me, portanto, em dar continuidade a todos os trabalhos iniciados pelo meu preclaro antecessor.

A par dessa continuidade administrativa, busquei a implementação de novos projetos, alguns deles singulares, como a reestruturação e regulamentação dos serviços da Justiça Federal de Primeira Instância.

Dei continuação às obras de construções e reformas em andamento e iniciei outras, todas com a finalidade de propiciar melhores condições de trabalho e funcionamento.

Procurando administrar não só o presente, mas plantar uma semente para o futuro, dei total apoio ao desenvolvimento de documentos normativos, cujos objetivos e finalidades transcenderão a gestão que em breve estarei encerrando.

Dotei os Gabinetes dos Senhores Juizes e demais unidades do Tribunal e das Seções Judiciárias de modernos equipamentos de Informática, objetivando a celeridade da prestação jurisdicional, objetivo final desta Corte.

O plano de trabalho por mim traçado englobou as etapas de organização, racionalização dos serviços, preenchimento do Quadro Permanente, aquisição de equipamentos de Informática, informatização dos procedimentos racionalizados, treinamento de dirigentes e servidores, de modo a favorecer um desenvolvimento harmonioso e geral deste Tribunal. Entretanto, o tempo e os recursos foram exíguos, impossibilitando a conclusão de todas as aquisições pretendidas, restando, também, a realização de treinamento intensivo para que haja uma perfeita assimilação do novo estágio de modernidade que rege esta Corte.

Ao deixar a Presidência desta Casa de Justiça, tenho a consciência do dever cumprido, tendo em vista que todos os projetos realizados ou em andamento são, sem dúvida, o resultado dos anseios e reclamos dos ilustres pares, do corpo funcional e de toda a sociedade à qual servimos.

Contudo, ressalto que na moderna administração, nada é estático e, para que este estágio hoje vivenciado por esta Corte mantenha o seu dinamismo, é necessário que sejam mantidos em pleno desenvolvimento os trabalhos de revisão, acompanhamento e racionalização dos projetos, rotinas e procedimentos executivos e normativos postos em prática durante esses primeiros anos de funcionamento. Existe na Ciência da Administração preceitos básicos que devem ser observados para a obtenção de resultados, e esta Casa procurou pautar suas atividades em um de seus mais elementares, que resumidamente, é expresso em duas frases: a organização precede à administração; e a racionalização precede à informatização.

Encerrando este relatório, espero, como é meu dever, ter demonstrado o profícuo trabalho desenvolvido em 1992 por este Tribunal, voltado para a sua

função de prestar a distribuição da justiça e promover o bem-estar de nossa sociedade.

Quero registrar meus sinceros e profundos agradecimentos a todos os Magistrados desta Casa e da Justiça Federal que, com sua irrepreensível conduta jurisdicional, promoveram a elevação do nome desta Egrégia Corte de Justiça.

Estendo o meu agradecimento a todo o corpo de Diretores e demais servidores pela sua colaboração e desvelo e, em especial, ao Diretor-Geral da Secretaria, coordenador dessa equipe à qual consigno o mérito dos avanços e conquistas administrativas realizadas no período de minha gestão.

Brasília, 1º de fevereiro de 1993.

José Anselmo de Figueiredo Santiago

Juiz Presidente